



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL EM RORAIMA

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo nº 08485.000016/2023-23

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

- 1.1. O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo analisar a viabilidade para a contratação de serviços de vigilância armada para a Delegacia de Polícia Federal em Pacaraima, bem como prover todos os elementos necessários à confecção do Termo de Referência.
- 1.2. A referida demanda foi formalizada no âmbito do processo n.º 08485.000016/2023-23, através do Documento de Formalização da Demanda SELOG/SR/PF/RR (SEI nº 26399635).

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

- 2.1. A presente contratação foi demandada pela necessidade da Delegacia de Polícia Federal em Pacaraima no serviço de Vigilância Armada no local de funcionamento da unidade, cuja prestação de serviço enquadra-se nas atividades mencionadas no Decreto nº 9.507/2018 e Portaria 443/2018/MP, o qual prevê a possibilidade de execução indireta deste objeto no âmbito da Administração Pública Federal sendo a licitação mediante o regime de empreitada por preço global, por meio de Pregão Eletrônico, por se tratar de serviço comum.
- 2.2. Vale destacar que não há previsão de cargos destinados à realização de atividades de vigilância, uma vez que essas categorias foram extintas do quadro de recursos humanos da Administração Pública, de acordo com a Lei nº 9.632/98.
- 2.3. Assim sendo, por terem natureza continuada, surge a necessidade de terceirização desses serviços por meio de empresas especializadas para preenchimento da lacuna e atendimento da demanda instalada.
- 2.4. Outrossim, cabe à Administração zelar pelos bens móveis e imóveis a ela pertencentes, não permitindo sua depreciação, violação, evasão, apropriação indébita e outras ações que resultem em dano ao patrimônio, além de assegurar a integridade física a todos que deles se utilizam, de forma integral, tornando indispensável a contratação de serviços de Vigilância Armada, diurna e noturna.
- 2.5. A abertura de novo processo licitatório justifica-se devido a impossibilidade da renovação contratual com atual prestadora desse serviço, a empresa **BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA**, considerando que esta protocolou em 24/02/2023 que não tinha interesse em prorrogar o prazo de vigência contratual, que tem vencimento em 31/05/2023.

3. ÁREA REQUISITANTE

- 3.1. **Área Requisitante:** Setor de Administração e Logística Policial - SELOG/SR/PF/RR.
- 3.2. **Responsável:** Ronald Ramiro Ramos.

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. A contratação dos serviços tem por objetivo garantir a segurança nas instalações da Delegacia de Polícia Federal em Pacaraima, assegurando todas as condições necessárias para o desenvolvimento das atividades do órgão.
- 4.2. Será celebrado contrato com a adjudicatária com **vigência inicial de 12 (doze) meses**, conforme modelo a ser elaborado pelo setor competente. O prazo de vigência do contrato, devidamente justificado e no interesse da Administração, poderá ser prorrogado, até o máximo de **60 (sessenta) meses**, na forma da lei 8.666/93.
- 4.3. O critério de julgamento adotado será o de **menor preço global por grupo de itens**.
- 4.4. A contratação dos serviços de vigilância armada abrange os seguintes requisitos básicos:
- a) contratação de empresa especializada com experiência comprovada;
 - b) alocação de empregados observando as descrições dos cargos e as atribuições e exigências legais;
 - c) cumprimento de jornada de trabalho, que devem ser observados as escalas de cada posto;
 - d) os funcionários precisarão estar uniformizados e identificados com crachás, a contratada deverá se responsabilizar pelo fornecimento de todos os itens nas quantidades necessárias à perfeita execução dos serviços, devendo-se ser aprovado previamente pela CONTRATANTE;
 - e) o contratante não se vinculará às disposições contidas em ACT, CCT ou DCT que tratem do pagamento de participação dos empregados nos lucros ou resultados da contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade, na forma disposta no artigo 6º da IN SEGES nº 5, de 2017, observado o entendimento do PARECER nº 00004/2017/CPLC/PGF/AGU, aprovado em 23 de maio de 2017;
 - f) a prestação dos serviços não deverá gerar vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta;
 - g) dimensionar corretamente a quantidade de postos de trabalho e o valor estimado da contratação a fim de que a solução possua maior eficiência com menor dispêndio de recurso possível;
 - h) célere instrução do processo de modo a evitar solução descontinuidade na prestação dos serviços;
 - i) prestar o serviço com estrita observância às disposições do Edital de licitação e seus anexos, às normas da IN 05/2017, à Convenção Coletiva da Categoria, à legislação trabalhista e demais normas aplicáveis;
- 4.5. Os funcionários contratados deverão possuir as competências técnicas e comportamentais descritas na Classificação Brasileira de Ocupações e na Descrição de Cargos, bem como apresentar a instrução formal exigida para seu cargo.
- 4.6. O serviço de vigilante deve atender os normativos específicos para a profissão e os constantes do Termo de Referência.
- 4.7. As obrigações da Contratada e Contratante estarão previstas no Termo de Referência.
- 4.8. A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contida, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.9. O Termo de Referência tratará de detalhar aspectos específicos e necessários à boa execução dos serviços contratados, definindo com clareza as responsabilidades, bem como as condições indispensáveis à prestação adequada dos serviços, inclusive no que se refere ao compromisso de confidencialidade em virtude de eventual acesso a informação privilegiada.

5. DOS NORMATIVOS APLICÁVEIS

- 5.1. Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993 (Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública Federal);
- 5.2. Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 (Institui modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns);
- 5.3. Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007 (Cria o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI);
- 5.4. Lei nº 9.632, de 07 de maio de 1998 (Dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal);
- 5.5. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (Institui o estatuto nacional da microempresa e empresa de pequeno porte);

- 5.6. Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 (Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns);
- 5.7. Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 (Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da Administração Pública Federal);
- 5.8. Decreto nº 3.722, de 09 de janeiro de 2001 (Dispõe sobre o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF);
- 5.9. Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012 (Estabelece critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela Administração Pública Federal);
- 5.10. Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015 (Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte no âmbito da Administração Pública Federal);
- 5.11. Decreto-Lei nº 5.452 (e alterações), de 1º de maio de 1943 (Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho);
- 5.12. Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 03, de 26 de abril de 2018 (Estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF);
- 5.13. Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010 (dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional);
- 5.14. Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 25 de maio de 2017 (dispõe sobre regras e diretrizes do procedimentos de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal);
- 5.15. Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2020, de 05 de agosto de 2020 (dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral);
- 5.16. Portaria nº 443/2018-MPDG (Serviços que serão preferencialmente terceirizados);
- 5.17. [MOC 21/2019 - DLOG/PF](#) (Roteiro para planejamento de contratações);
- 5.18. [Orientação 8 SEGES/ME](#) - Impactos da reforma trabalhista nos contratos da Administração;
- 5.19. [Orientação 11 SEGES/ME](#) - Orientações gerais para planilha de custos e formação de preços;
- 5.20. [Orientação 12 SEGES/ME](#) - Fluxos dos processos de planejamento da contratação e fiscalização aos moldes da Instrução Normativa de Serviços;
- 5.21. [Orientação 17 SEGES/ME](#) - submódulo 2.1 da Planilha de Custos e Formação de Preços.
- 5.22. Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2023- Número de registro no MTE: RR000010/2023.
- 5.23. Quanto à legislação, normas e orientações atinentes ao objeto, conforme publicado no sítio da [Polícia Federal](#), percebemos:
- 5.24. Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983 (Dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências);
- 5.25. Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983 (Regulamenta a Lei nº 7.102/83);
- 5.26. [Portaria nº 3.233/2012-DG/DPE](#) (Dispõe sobre as normas relacionadas às atividades de Segurança Privada);
- 5.27. [Manual do Vigilante](#) - ABCFAV;
- 5.28. [CADERNO DE LOGÍSTICA SEGES](#) - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL
- 5.29. [Orientação 3 SEGES/ME](#) - Contratação de serviços de vigilância noturna;

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

- 6.1. Os modelos de fornecimento identificados se baseiam nos tipos: vigilância: orgânica, também conhecida como patrimonial, e vigilância eletrônica.
- 6.2. A vigilância patrimonial se baseia na contratação de postos de serviços, compostos de mão de obra especializada de vigilantes que podem ser contratados na forma de serviços contínuos ou eventuais (spot), com modelos orientados de acordo com as seguintes características: horários de cobertura, ostensividade, veículos, acessórios e equipamentos de apoio aos postos de serviços e de proteção individual.
- 6.3. A vigilância eletrônica possui modelos de fornecimento orientados pela contratação de bens e serviços na forma de sistemas isolados ou integrados de circuito fechado de TV (CFTV), de controle de acesso e sistemas de sensoramento, detecção e alarmes. Complementa esses modelos a opção de contratação de postos de serviços de vigilantes especializados no monitoramento dos sistemas eletrônicos de segurança.
- 6.4. Os mercados de fornecimento se dividem nos seguintes grupos de itens de serviços ou materiais:
- 6.4.1. Postos de vigilância – armada e desarmada;
- 6.4.2. Aquisição de circuitos fechados de televisão - CFTV;
- 6.4.3. Postos de vigilância – monitoramento; e
- 6.4.4. Aquisição de controle de acesso.
- 6.5. Como podemos perceber inúmeros são os modelos e formas de contratação.
- 6.6. Sobre as diferentes modalidades que o mercado oferece para a contratação deste estudo foram realizadas pesquisas no que tange às contratações dos serviços de vigilância promovidas no âmbito de outros Órgãos da Administração Pública Federal, com o objetivo de verificar as soluções compatíveis/similares que venham a dar atendimento aos requisitos e necessidades apresentadas no presente estudo.
- 6.7. Com base nas pesquisas de contratações para prestação de serviço de vigilância no Pannel de Preços, foi possível analisar as seguintes contratações e modelos:
- I - ÓRGÃO: INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RORAIMA; UASG: 158350; Pregão: 13/2022; OBJETO: Prestação de serviços de vigilância e segurança orgânica 12 horas diurnas e noturnas 2ª a domingo.
- II - ÓRGÃO: EMBRAPA RORAIMA/BOA VISTA/RR; UASG: 135005; Pregão: 10/2022; OBJETO: Prestação de serviços de vigilância e segurança orgânica 12 horas diurnas e noturnas 2ª a domingo.
- III - ÓRGÃO: SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DO MS/AM; UASG: 250015; Pregão: 02/2022; OBJETO: Prestação de serviços de vigilância e segurança orgânica 12 horas diurnas e noturnas 2ª a domingo.
- 6.8. Portanto, observamos que vários órgãos adotam a mesma modalidade pertinente ao serviço de vigilância no âmbito da Administração Pública Federal.
- 6.9. Atualmente, a delegacia dispõe somente de contratação de serviços para Postos de Vigilante Armado Diurno - escala 12X36 - de segunda-feira a domingo e Postos de Vigilante Armado Noturno - escala 12X36 - de segunda-feira a domingo.
- 6.10. Considerando que todas as contratações analisadas foram elaboradas com base nas orientações da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, dessa forma, optamos por realizar a contratação dos postos de vigilância analisando as soluções empregadas pelos órgãos governamentais, pois verificou-se que esta é uma solução comum na contratação deste objeto pelos órgãos públicos.
- 6.11. Posto isso, esta equipe opta pela já praticada neste órgão e nos demais, conforme elucidados nos tópicos acima, pela solução de postos de trabalho contínuos de vigilância patrimonial como a melhor opção para o objeto deste estudo.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 7.1. Os serviços a serem contratados são de natureza contínua em conformidade com entendimento constante no Manual de Licitações e Contratos do Tribunal de Contas da União: “Serviços de natureza contínua são serviços auxiliares e necessários à Administração no desempenho das respectivas atribuições. São exemplos de serviços de natureza contínua: vigilância, limpeza e conservação, manutenção elétrica, manutenção de elevadores, manutenção de veículos etc.” Além da perenidade dos serviços, caracterizam-se pela essencialidade e necessidade de extensão maior do que um exercício financeiro.
- 7.2. Considerando a necessidade da Administração, a análise do mercado aponta como melhor solução a contratação de empresa prestadora de serviço terceirizado, dado que as atividades que se busca contratar são de caráter acessório e, por isso, preferencialmente objeto de execução indireta.
- 7.3. Importante ressaltar a necessidade de **agrupamento dos itens de vigilância noturna e diurna**, posto que não é vantajoso para a Administração a contratação de duas empresas distintas para a mesma localidade.
- 7.4. Os serviços de vigilância serão executados na Delegacia de Polícia Federal em Pacaraima, localizada na Avenida Panamericana, s/n, Centro, Pacaraima/RR, CEP: 69.345-000.

8. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS
- 8.1. Inicialmente, vale ressaltar que a Instrução Normativa nº 05/2017, em seu anexo VI-A, definiu os tipos de escala de posto de vigilância, conforme segue:

a) 44 (quarenta e quatro) horas semanais diurnas, de segunda a sexta-feira, envolvendo 1 (um) vigilante;

b) 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas;

c) 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas;

d) 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a sexta-feira, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas; ou

e) 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a sexta-feira, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.
- 8.2. Portanto, visando melhor aproveitamento dos postos e por consequência melhor economia, o estudo de distribuição dos postos levou em consideração os seguintes pontos:
- 8.3. Os postos 12 horas por 36 diurnos e noturnos, serão alocados em pontos estratégicos, onde não poderá haver a interrupção da vigilância em hipótese alguma, como por exemplo: portarias, garagens, andares sob a responsabilidade do órgão que possuem maior demanda, entre outros.
- 8.4. Vale ainda registrar que foi observada a execução do(s) seguinte(s) contrato(s) desta Superintendência de Polícia Federal em Roraima, para fins de melhor aproveitamento dos postos de vigilância, tanto em escala, quantidade e distribuição dos postos:
- 8.4.1. Delegacia de Polícia Federal em Pacaraima - RR: Contrato nº 11/2019 - SR/PF/RR
- 8.5. A partir da análise, as escalas que melhor se enquadram as peculiaridades e necessidades deste órgão, são:

a) 12 horas diurnas, de segunda-feira a domingo, em turnos de 12x36 horas – Armado.

b) 12 horas noturnas, de segunda-feira a domingo, em turnos de 12x36 horas – Armado.
- 8.6. Assim, fica definido as quantidades a serem contratadas, atendendo a necessidade demandada, conforme segue:
- | Grupo I - DPF PACARAIMA | | | | | |
|-------------------------|--------|---|-------------------|----------------------|------------------------------------|
| Item | CATSER | Descrição | Unidade de medida | Quantidade de postos | Quantidade de vigilantes por posto |
| 1 | 23647 | Posto de vigilância ostensiva armada, de 12 (doze) horas diurnas de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilante em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis), das 7h às 19h, inclusive feriados. | Posto de Serviço | 02 | 02 |
| 2 | 23957 | Posto de vigilância ostensiva armada, de 12 (doze) horas noturnas de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilante em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis), das 19h às 7h, inclusive feriados. | Posto de Serviço | 02 | 02 |
- 8.7. Convém ressaltar que sancionada a [Lei nº 13.467, de 2017](#) (Reforma Trabalhista), fora incluído o Art. 59-A, em que transcrevo:

Em exceção ao disposto no art. 59 desta Consolidação, é facultado às partes, mediante acordo individual escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, estabelecer horário de trabalho de doze horas seguidas por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, observados ou indenizados os intervalos para repouso e alimentação.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO
- 9.1. A estimativa do valor da contratação será obtida por meio de pesquisa de preços a ser realizada por setor técnico competente desta Superintendência, de acordo com a IN SEGES-ME nº 73/2020.
- 9.2. A pesquisa de preços será realizada a fim de identificar os custos com materiais, ferramentas, equipamentos, uniformes, EPI's e preços praticados em outros órgão públicos, além dos itens que compõe a planilha de custos e formação de preços da administração pública, de acordo com o modelo disponibilizado na IN SEGES 05/2017, de forma a definir o valor máximo por posto a ser contratado.
- 9.3. A contratada deverá arcar com os custos dos itens não previstos em sua proposta, mas que forem essenciais para a execução das atividades.
- 9.4. A periodicidade da entrega dos materiais, ferramentas, equipamentos, uniformes e de EPI's será calculada sobre produtos fabricados com materiais de primeira linha, de alta durabilidade.
- 9.5. Na ocorrência dos mesmos apresentarem-se impróprios ao uso, deverão ser substituídos, sem ônus para a Administração.
- 9.6. O valor a ser utilizado na Planilha de custos e formação de preços deverá corresponder a depreciação e manutenção das ferramentas e equipamentos, tomando por base o valor dos mesmos, sua vida útil e valor residual.
- 9.7. Esta equipe considerará a porcentagem de 0,5% a.m. (cinco décimos por cento ao mês) para cálculo da manutenção dos equipamentos e a seguinte fórmula para cálculo do valor da depreciação:

“[valor total do equipamento x (1,00 - valor residual)] / (12 x tempo de vida útil)”;
- 9.8. Para definição do prazo de vida útil e taxa anual de depreciação foi considerado o prazo de 60 (sessenta) meses, tendo em vista este ser o prazo máximo de vigência que um contrato da administração pública pode atingir.
- 9.9. Para os uniformes e EPIs, o valor a ser considerado será o total dos itens, dividido por 12 (doze) meses.
- 9.10. De acordo com a Portaria nº 213, de 25 de setembro de 2017, na contratação de serviços de vigilância, executados de forma contínua ou não, em edifícios públicos, os órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais deverão observar os limites máximos e mínimos estabelecidos pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (Seges/MP).
- 9.11. Deverá ser analisado a Convenção Coletiva da Categoria, conforme anexo IX, vigente, para formação da planilha de preço.
- 9.12. Deverá ser utilizado como parâmetro para formação da planilha de composição de custos, anexo I do Termo de Referência, combinado a IN 05/2017.
- 9.13. Após a realização da pesquisa de preço e a análise do acordo coletivo da categoria envolvida na contratação, será formalizada a planilha de custos e formação de preço, que será usada como modelo para a execução da licitação.
- 9.14. De acordo com a Planilha de Custos e Formação de Preços da Administração, anexo I do Termo de Referência, segue abaixo os valores máximos a serem aceitos pela Administração são:

Grupo	Item	Especificação	CATSER	Localidade/Endereço	Valor unitário do Posto	Quantidade de Postos	Valor Mensal	Valor Anual
1	1	Posto de vigilância ostensiva armada, de 12 (doze) horas diurnas de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis), das 7h00 às 19h00, inclusive feriados.	23647	Delegacia de Polícia Federal em Pacaraima - RR (DPF/PAC/RR)	R\$ 9.610,50	2	R\$ 19.221,00	R\$ 230.652,00
	2	Posto de vigilância ostensiva armada, de 12 (doze) horas noturnas de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis), das 19h00 às 7h00, inclusive feriados.	23957		R\$ 11.324,10	2	R\$ 22.648,20	R\$ 271.778,40
Valor Total Estimado da Contratação								R\$ 502.430,40

10. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO
- 10.1. Optou-se pela junção dos itens em grupos distintos, para atendimento da demanda do órgão, tendo em vista as diferenças de formação de preço, devido a localização da execução do serviço, e ainda a compatibilidade dos itens da licitação, ficando inviável administrar um contrato para cada item.
- 10.2. Tais agrupamentos facilitarão a gestão dos contratos e a fiscalização dos serviços prestados.

- 10.3. O agrupamento por localidade, objetiva ainda uma maior participação de empresas interessadas, alcançado maior competitividade ao certame, que proporcionará um ganho de escala uma vez que a prestação dos serviços que contemplam apenas um item poderia não despertar interesse por parte das empresas.
- 10.4. Dessa forma, os itens agrupados permitem ao fornecedor, detentor do melhor lance, ofertar preços bem vantajosos para a Administração Pública na presente contratação.
- 10.5. Além disso, é comum no encontrar no mercado os serviços de vigilância em única contratação, o que demonstra não afetar a competitividade do certame.
- 10.6. O não parcelamento do objeto, nos termos do art. 23 §1º, da Lei nº 8.666, de 1993, neste caso, se demonstra técnica e economicamente viável e não tem finalidade de reduzir o caráter competitivo da licitação, visa somente, assegurar a gerência segura da contratação e, principalmente, assegurar, não só a mais ampla competição necessária em um processo licitatório, mas também atingir a sua finalidade e efetividade, de atender a contento às necessidades da Administração Pública.
- 10.7. Trata-se de uma solução unificada de segurança, cujo objeto apresenta inviabilidade de separação, dentro de um mesmo ambiente /espaço.
- 10.8. Diante do exposto, conclui-se que o agrupamento dos itens da prestação dos serviços é vantajosa, tendo melhor aproveitamento do mercado e, consequentemente, menores valores quando realizada a compra conjunta da solução, em consonância à Súmula 247 do TCU: "É imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

- 11.1. Os serviços que se pretende contratar são autônomos e prescindem contratações correlatas ou interdependentes.

12. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

- 12.1. A IN 01/2019 do ME de 10/01/2019, que regulava o PAC, onde continha a previsão em seu Art. 1º sobre o Plano Anual de Contratações - PAC de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e sobre o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações - PGC, onde cada Unidade de Administração de Serviços Gerais - UASG deveria elaborar anualmente o respectivo PAC, contendo todos os itens que pretende contratar no exercício subsequente, foi revogada pela IN 20/2022/SEGES-ME.
- 12.2. O Sistema PGC constitui a ferramenta informatizada, integrante da plataforma do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG, disponibilizada pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia para elaboração do DFD pelas UASG dos órgãos e entidades, que fundamenta o plano de contratações.
- 12.3. O objeto da contratação vai ao encontro das diretrizes traçadas no **Plano Estratégico da Polícia Federal 2021/2023**, objetivando a implantação de uma cultura permanente de gestão estratégica no âmbito da Polícia Federal, em busca da eficiência e da efetividade das atividades e dos serviços prestados.

13. DO FARDAMENTO, MATERIAIS DE APOIO E OUTROS INSUMOS

- 13.1. Quanto ao uso do crachá, há normativo disciplinando a obrigatoriedade do uso para todos que permanecerem nas dependências da PF, qual seja: [IN 29/2010-DG/DPF](#).
- 13.2. Consoante ao que dispõe a [Lei 7.102](#), o vigilante usará uniforme somente quando em efetivo serviço, sendo lhes assegurado uniforme especial às expensas da empresa a que se vincular, desde que devidamente aprovado (uniforme) pelo Ministério da Justiça, por intermédio do seu órgão competente ou mediante convênio com as Secretarias de Segurança Pública dos Estados e Distrito Federal.
- 13.3. A Contratada fornecerá uniformes a todos os postos e apresentará ao gestor/fiscal os comprovantes de entrega do material. A contratante poderá exigir a substituição daqueles julgados inadequados, observadas as especificações da composição do jogo completo de uniforme.
- 13.4. Os uniformes deverão ser condizentes com as atividades a serem desenvolvidas e com as condições climáticas, compreendendo peças para todas estações climáticas. Os uniformes e equipamentos deverão estar de acordo com o tamanho das medidas antropométricas do usuário, tais como altura, circunferência de cintura, quadril entre outras medidas.
- 13.5. O Termo de Referência tratará de detalhar as quantidades e frequência de substituição de materiais, equipamentos e uniformes.
- 13.6. **Materiais e equipamentos**
- 13.6.1. A Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

EQUIPAMENTOS	
ITEM\LOCALIDADE	DPF/PAC/RR
Sistema contendo 01 par de rádio comunicador, com alcance mínimo de 5 km, inclusas uma bateria para cada rádio e 2 carregadores individuais. <u>Observação:</u> será entregue 1 rádio para comunicação direta com o plantonista da Polícia Federal	2
Sistema eletrônico de controle de ronda para registro de passagem do vigilante pelos locais e horários, conforme estabelecido no item 8.9.48.1. do Termo de Referência.	1 bastão; 17 pontos
Revólver calibre 38 de 6 disparos, novos ou em bom estado de uso e conservação, com os devidos registros nos órgãos competentes	2
Colete balístico, nível II-A, placa balística, * incluindo tamanhos adequados de coletes balísticos para cada vigilante	2
Munições calibre 38 novas, com projétil ogival, com identificação do fabricante e de procedência legal (pacote de 10 unidades)	2
Cassetete	2
Cofre para armas	1

MATERIAIS	
ITEM\LOCALIDADE	DPF/PAC/RR
Lanterna de led recarregável	2
Livro de ocorrência	2
Apito (com cordão)	8
Produto para manutenção de armas	1
Porta Cassetete	2
Cinto com coldre, porta arma e baleiro (cinto de guarnição completo)	2

13.7. Uniformes

- 13.7.1. 02 (duas) calças, tipo social, cor preta, modelo Vigilante, braguilha forrada, Cós entretelado, forrado, com passadores no mesmo tecido da calça, 02 (dois) bolsos laterais, embutidos; 02 (dois) bolsos traseiros embutidos, com uma casa vertical e um botão.
- 13.7.2. 02 (duas) camisas manga comprida ou 3/4, modelo vigilante, com logotipo da empresa;
- 13.7.3. 02 (duas) camisas de manga curta em algodão, cor branca;
- 13.7.4. 01 (um) par de sapatos, tipo bota, na cor preta;
- 13.7.5. 03 (três) pares de meias social;
- 13.7.6. 01 (um) cinto;
- 13.7.7. 01 (um) quepe ou boné;
- 13.7.8. 01 (uma) capa de chuva com capuz;
- 13.7.9. 01 (um) cartão de identificação – em PVC com foto, nome da empresa, dados pessoais do vigilante;
- 13.7.10. 01 (uma) capa de colete balístico com porta rádio. * incluindo tamanhos adequados de coletes balísticos para cada vigilante.

14. LEVANTAMENTO DAS ATIVIDADES E FUNÇÕES DESEMPENHADAS

14.1. Inicialmente, registre-se que o objeto da contratação pretendida se enquadra em Profissão Regulamentada, regida pela Lei nº 7.102/83. Nota-se, todavia, que o objeto da contratação, conforme a Classificação Brasileira de Ocupação - CBO, aprovada pela Portaria nº 397 - MTE de 2022, sem diferenciação entre as profissões regulamentadas e as de livre exercício profissional, no sentido tão somente classificatório da existência de determinada ocupação, esses profissionais pertencem à seguinte categoria:

5 - TRABALHADORES DOS SERVIÇOS, VENDEDORES DO COMÉRCIO EM LOJAS E MERCADOS

51 - TRABALHADORES DOS SERVIÇOS

517 - TRABALHADORES NOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA

5173 - Vigilantes e guardas de segurança

517330 - Vigilante

14.2. Acresce-se, oportunamente, deveres exarados na Portaria 3.223, *verbis*:

Art. 164. São deveres dos vigilantes:

- I - exercer suas atividades com urbanidade, probidade e denodo, observando os direitos e garantias fundamentais, individuais e coletivos, no exercício de suas funções;*
- II - utilizar, adequadamente, o uniforme autorizado, apenas em serviço;*
- III - portar a CNV;*
- IV - manter-se adstrito ao local sob vigilância, observando-se as peculiaridades das atividades de transporte de valores, escolta armada e segurança pessoal; e*
- V - comunicar, ao seu superior hierárquico, quaisquer incidentes ocorridos no serviço, assim como quaisquer irregularidades relativas ao equipamento que utiliza, em especial quanto ao armamento, munições e colete à prova de balas, não se eximindo o empregador do dever de fiscalização*

14.3. Há necessidade de serviços de ronda, nas seguintes condições:

14.3.1. Executar rondas durante a noite, finais de semana e feriados, de 1 em 1 hora, através de bastão de ronda monitorada em pontos (bottons) de controle, verificando todas as dependências do órgão, adotando os cuidados e providências necessárias para o perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade nas instalações, controlando o trabalho dos vigilantes, e fornecendo semanalmente relatórios detalhados com registros completos para que toda a operação seja acompanhada passo a passo pela administração.

14.3.1.1. A disposição e a quantidade dos pontos de controle seguirão a configuração dos croquis abaixo:

a) **Delegacia de Polícia Federal em Pacaraima - 17 pontos**

**15. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

15.1. Atendendo às necessidades da delegacia, serão exigidos da futura contratada níveis de profissionalização com requisitos de qualificação para exercer as funções.

15.1.1. Requisitos para Vigilantes (CBO 5173-30) - Lei 7.102/83:

Art. 16 - Para o exercício da profissão, o vigilante preencherá os seguintes requisitos:

- I - ser brasileiro;*
- II - ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;*
- III - ter instrução correspondente à quarta série do primeiro grau;*
- IV - ter sido aprovado, em curso de formação de vigilante, realizado em estabelecimento com funcionamento autorizado nos termos desta lei.*
- V - ter sido aprovado em exame de saúde física, mental e psicotécnico;*
- VI - não ter antecedentes criminais registrados; e*
- VII - estar quite com as obrigações eleitorais e militares.*

15.1.2. Quanto os requisitos para contratação da empresa, temos:

- I - pleno exercício da atividade de vigilância patrimonial, conforme Art. 4º da Portaria 3.233/12-DG/DPF, com autorização de funcionamento por meio de ato do Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada, publicado no Diário Oficial da União - DOU;
- II - cadastro no SICAF (Art. 1, §2, da IN 3/2018-MPDG);
- III - empresa com experiência comprovada, através de atestados de capacidade técnica, que tenha executado prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, **por período não inferior a três anos**. (vide Item 10.6, "c2" do ANEXO VII-A da IN 5/2017-MPDG);
- IV - as características exigidas serão exclusivamente de serviços de vigilância, pois conforme art. 17 da Portaria 3.233/12-DG/DPF, as empresas de vigilância patrimonial não poderão desenvolver atividades econômicas diversas das que estejam autorizadas;
- V - dispor de efetivo dentro dos padrões desejados, para atender eventuais acréscimos, bem como eventuais substituições, solicitados pela administração;
- VI - possuir recursos humanos capaz de substituir todos os postos, em caso de eventual falta ou demissão;
- VII - capital circulante líquido ou capital de giro (ativo circulante – passivo circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação;
- VIII - comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social.

16. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

16.1. Conforme solução requerida pelo Documento de Formalização da Demanda SELOG/SR/PF/RR (SEI nº 26399635), os resultados pretendidos são:

16.1.1. Proporcionar a segurança das instalações da Polícia Federal, com vistas à proteção contra eventualidades como depredação, violação, evasão, apropriação indébita e outras ações que resultem em dano ao patrimônio;

16.1.2. Controlar a circulação de bens, próprios e de terceiros, o remanejamento entre as unidades, assim como o acompanhamento das saídas e entradas de bens permanentes e de consumo no prédio;

16.1.3. Garantir a integridade de materiais, equipamentos, instalações, veículos e unidades móveis, além de controlar a circulação interna de visitantes, prestadores de serviços e servidores;

16.1.4. Preservar o bem-estar físico dos servidores e colaboradores em desempenho de suas atividades quando presentes na unidade contratante da Polícia Federal;

16.1.5. Por fim, promover a continuidade dos serviços de vigilância, fornecendo segurança e garantindo a otimização e adequação da força de trabalho dos servidores e demais colaboradores em suas atribuições finalísticas na instituição.

17. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

- 17.1. Será necessário a designação formal pelas autoridades competentes do gestor da execução contratual e fiscais responsáveis pela fiscalização técnica, administrativa e setorial, se for o caso, e seus substitutos.
- 17.2. O contrato será administrado pelo setor competente da unidade contratante.
- 17.3. Quanto ao ambiente físico, não há nenhuma necessidade de adequações para início das atividades desta tipologia de serviços. Contudo, faz-se necessário criar um cronograma de atividades, para especificar cada tarefa que se faz necessária antes de dar início ao desempenho das atividades pela contratada, com o objetivo de regularizar a situação da empresa vencedora do certame, e apresentá-la para a equipe com a qual ela trabalhará durante a vigência contratual.
- 17.4. Será necessário que a contratada promova a transição contratual com o recebimento e entrega do posto, tendo em vista o serviço pleiteado e por tratar-se de atividades rotineiras e conhecidas pelas empresas do ramo, no início e fim o contrato.

18. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

18.1. Os serviços serão prestados de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental contidos no art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e no Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, da Casa Civil, da Presidência da República, no que couber.

18.2. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

18.2.1. Objetivar a efetiva aplicação de boas práticas sustentáveis nas licitações promovidas pela Administração Pública, embora a contratação em si não acarrete impacto ambiental, em atendimento ao art. 170 da CF/1988, ao art. 3º da Lei nº 8.666/93, alterado pela Lei nº 12.349 de 2010, a Lei nº 12.187/2009 e art. 6º da Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG, Decreto nº 7746/2012:

18.3. Constituição Federal/1988:

"Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)"

18.4. Lei nº 8.666/93:

"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)."

18.5. Lei nº 12.187/2009:

"Art. 6º São instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima:

XII - as medidas existentes, ou a serem criadas, que estimulem o desenvolvimento de processos e tecnologias, que contribuam para a redução de emissões e remoções de gases de efeito estufa, bem como para a adaptação, dentre as quais o estabelecimento de critérios de preferência nas licitações e concorrências públicas, compreendidas aí as parcerias público-privadas e a autorização, permissão, outorga e concessão para exploração de serviços públicos e recursos naturais, para as propostas que propiciem maior economia de energia, água e outros recursos naturais e redução da emissão de gases de efeito estufa e de resíduos."

18.6. Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG:

"Art. 6º Os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

Use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

Adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

Forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

Realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

Realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN /MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

Respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

Preveja a destinação ambiental adequada a das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999. Parágrafo único. O disposto neste artigo não impede que os órgãos ou entidades contratantes estabeleçam, nos editais e contratos, a exigência de observância de outras práticas de sustentabilidade ambiental, desde que justificadamente."

18.7. Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012 (Com Redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017):

"Art. 4º São diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

I - baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

II - preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

III - maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

IV - maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

V - maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

VI - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

VII - origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e

VIII - utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento."

19. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

19.1. Considerando os elementos obtidos neste Estudo Preliminar, realizados com a escolha da solução por Posto de Trabalho, por ter se mostrado uma prática comum na contratação pelos órgãos públicos, além de ter se mostrado eficaz no que tange a segurança de pessoas e do patrimônio público, e esta solução será baseada em definições de produtividade, objetivos, de maneira a estabelecer uma contratação por resultado, a contratação mostra-se viável em termos de disponibilidade de mercado, forma de prestação dos serviços, competitividade do mercado, não sendo possível observar óbices ao prosseguimento da presente contratação.

19.2. Com base no Estudo Técnico, especialmente no que tange a solução de mercado escolhida, a Equipe de Planejamento considera a contratação em pauta viável, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses da Administração.

Boa Vista/RR, data da assinatura eletrônica.

RAIJOAN SERGIO RAMOS GOMES FILHO

Agente de Polícia Federal

Matrícula nº 18.931

RONALD RAMIRO RAMOS

Agente de Polícia Federal



Documento assinado eletronicamente por **RONALD RAMIRO RAMOS, Chefe de Setor**, em 21/07/2023, às 12:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RAIJOAN SERGIO RAMOS GOMES FILHO, Agente de Polícia Federal**, em 21/07/2023, às 12:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=30217692&crc=2B0C48B6.

Código verificador: **30217692** e Código CRC: **2B0C48B6**.